

RECURSOS AUDIOVISUAIS COMO SUBSÍDIOS A EDUCAÇÃO SEXUAL

Vagner Matias dos Prado (FCT/NUDISE/UNESP), Arilda Inês Miranda Ribeiro (FCT/NUDISE/UNESP), Materiais Pedagógicos no Ensino e na Formação de Professores, FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

O presente texto objetiva aproximar algumas discussões sobre a utilização de materiais audiovisuais como recursos didáticos à Educação. Ao tomar como base as pesquisas que se dispuseram a refletir sobre as potencialidades da inserção e utilização das tecnologias junto aos espaços escolares, procuramos retomar alguns desses estudos e visibilizar suas contribuições para o processo de ensino e aprendizagem. Em seguida, nos posicionamos a favor da utilização dos materiais audiovisuais, na formatação de filmes, como ferramentas de apoio pedagógico para que educadores e educadoras possam inserir debates acerca das diferenças sexuais nas escolas. Nossa sugestão de aproximação dos filmes junto aos trabalhos de educação sexual se ancora nas propostas do método compreensivo de Joan Ferrés (1996a, 1996b) e no trabalho da professora Rosa Maria Bueno Fischer (2006).

Ao partir da hipótese de que a televisão poderia ser utilizada na escola visando auxiliar o desenvolvimento crítico dos alunos, Ferrés desenvolveu um método para que imagens providas de diversos gêneros televisivos, como telejornais, documentários, propagandas publicitárias, filmes e seriados de TV, pudessem ser inseridos no discurso pedagógico com o objetivo de estabelecer um diálogo reflexivo sobre a realidade. Já o trabalho de Fischer atenta para as vantagens da utilização de recursos audiovisuais rumo a uma formação crítica dos estudantes. Os trabalhos da autora é ancorado em referenciais foucaultianos de análise.

1. Tecnologias e Educação: uma reflexão sobre a inserção do discurso audiovisual nas escolas

Debates sobre a utilização de recursos midiáticos nas escolas já vem sendo traçados em diversos cenários. Dentre eles, o acadêmico também abriu espaços para problematizar e refletir sobre as possibilidades (ou não) da inserção dos diversos textos midiáticos como recurso pedagógico para auxiliar o trabalho docente (CAETANO &

FALKEMBACH, 2007; DALLACOSTA, SOUZA, TAROUCO & FRANCO, 2004; DINIS, 2005; FERRÉS, 1996a, 1996b; FISCHER, 2006; MORAN, 1995; PFROMM NETTO, 2001).

Assim como as novas tecnologias foram incorporadas nas diversas instâncias da sociedade, a escola atual também se constitui em um espaço a ser explorado para essa inserção. Ao reivindicar pela aclamada “melhoria da qualidade de ensino”, perguntamos: não seria pertinente, ao contrário da negação, conceber formas de aproximação das linguagens midiáticas, da escola? A televisão, o computador, os jogos eletrônicos, as revistas direcionadas ao público jovem, não poderiam ser pensadas como contribuintes para o processo pedagógico, uma vez que são artefatos culturais muito presentes no cotidiano dos/as jovens (DINIS, 2005; MORAN, 1995)?

Em uma abordagem crítica, poderíamos conceber as mídias, e seu instrumento mais popular, a televisão, como instrumentos ideológicos do Estado. Nesse sentido, a veiculação de informações através de códigos visuais e sonoros seriam ativos na promoção, legitimação e perpetuação de hábitos e valores reconhecidos como produtivos e inseparáveis para uma lógica capitalista.

Para Rosa Maria Bueno Fischer (2006), não resta dúvidas de que a TV se constitui em um lugar de aprendizagens diversas.

[...] imagino um trabalho pedagógico extremamente produtivo, a partir do qual sejam comparados diferentes produtos audiovisuais (vídeos, filmes, programas de televisão), identificando aqueles que procuram fixar sentidos sobre modos de ser e aqueles que se mostram mais “abertos”, menos maniqueístas ou manipulativos, digamos assim, na marcação das diferenças (FISCHER, 2006, p. 43) (grifos da autora).

Nesse sentido, a utilização de filmes para inserir debates sobre as diferentes configurações do desejo afetivo e sexual dos sujeitos, também poderia se valer de recortes de programas humorísticos ou cenas de telenovelas que apresentam a homossexualidade de uma maneira cômica, cheia de “trejeitos” em uma louca tentativa de “ser” ou parecer feminino. Ao utilizar e problematizar esses programas ou cenas, os/as educadores/as poderiam questionar, juntamente com os/as alunos/as, qual a representação de homossexualidade que muitas vezes é representada pela mídia televisiva?

Entretanto, como nos alerta Furlani (2007a), é preciso reconhecer que os “estereótipos sexuais”, ou seja, o homossexual efeminado ou a lésbica masculinizada, também são representações assumidas por alguns sujeitos no convívio social e não devem ser compreendidos como manifestações menos legítimas de sexualidades. Por

mais que os “estereótipos” possam soar improdutivos para a Educação, a autora nos apresenta uma interessante problematização: e quando o estereótipo é um sujeito? Quais as relações que deveriam ser construídas para com essas pessoas: a negação como agentes sociais e a estigmatização, ou o reconhecimento e a compreensão dessas diferenças como possibilidades de existência? (FURLANI, 2007a).

Pesquisadores e pesquisadoras que adotam uma postura pós-crítica sobre o desenvolvimento da capacidade de olhar um objeto para além de sua apresentação, também se mostram favoráveis à eleição de imagens providas de diversos “conglomerados culturais”, como conteúdos a serem problematizados nas escolas. Entretanto, o trabalho proposto nos remeteria a realizar uma análise sobre como as imagens são pensadas para atuar em favor da transmissão e reprodução de valores e normas sociais instituídas como ideais.

Douglas Kellner (1995) demonstra-se a favor do desenvolvimento de um “alfabetismo crítico em relação à mídia”. Ao refletir sobre anúncios impressos de duas marcas de cigarro, o autor aponta “a necessidade de ampliar o alfabetismo e as competências cognitivas para que possamos sobreviver ao assalto das imagens, mensagens e espetáculos da mídia que inundam nossa cultura” (KELLNER, 1995, p. 107).

Ao partir de uma posição pós-moderna de análises, e buscando bases para a estruturação de sua proposta em teóricos como Jacques Derrida, Michel Foucault, Gilles Deleuze e Feliz Guatari, Kellner propõe a aproximação de uma leitura crítica de imagens com a Educação. O autor argumenta que:

A educação certamente deveria prestar atenção a essa nova cultura, tentando desenvolver uma pedagogia crítica que estivesse preocupada com a leitura de imagens. Um tal esforço seria parte de uma nova pedagogia radical que tentasse ir à raiz de nossa experiência, nosso comportamento e conhecimento e que objetivasse a liberação da dominação e a criação de novos eus, plurais, fortalecidos e mais potentes – ideais característicos tanto da teoria moderna quanto da pós-moderna (KELLNER, 1995, p. 109).

Autores/as que se aprofundaram em análises pós-críticas da produção e veiculação de representações imagéticas de identidades sexuais não heterossexuais, também nos auxiliam a pensar na aproximação entre vídeo, diferenças sexuais e escola. Muitos desses autores e autoras partilham de pressupostos analíticos pós-estruturalistas, dando ênfase aos estudos de gênero ou à teoria *queer*.

Karla Bessa (2007), por exemplo, em artigo que analisa os festivais de cinema GLBT¹, nos apresenta algumas bases epistemológicas para refletirmos sobre o assunto.

Segundo a autora, a maioria dos festivais de cinema, voltados à exibição de filmes sobre a “diversidade sexual”, se condicionaram a uma prática de análises a partir de discussões e debates entre os expectadores e os profissionais da área (diretores/as, atores/atrizes, roteiristas, críticos/as, etc.).

Em nossa perspectiva essa dinâmica de “projeção-audiência” poderia ser explorada no contexto escolar. Assim, os/as professores/as ou outros responsáveis pela exibição de filmes, poderiam suscitar debates, problematizar representações e histórias e contribuir para a reflexão sobre as representações apresentadas nos vídeos. Essa análise também poderia ser estendida a reflexões sobre as possíveis intenções que estão por trás das produções imagéticas, tanto cinematográficas quanto televisivas ou publicitárias. Dessa maneira, é possível não só visibilizar a multiplicidade, como também analisar o quanto as normas sociais estão pulverizadas nas diversas pedagogias culturais, regendo dessa forma os diversos discursos proferidos pelas mídias.

Situações onde são exemplificadas manifestações de preconceito, ódio, aversão ou violência contra homossexuais, bissexuais, travestis, transexuais ou transgêneros, são outras que poderiam ser aproximadas do cotidiano escolar a partir dos filmes para propor reflexões sobre os reais impactos do cultivo da homofobia, lesbofobia e transfobia na sociedade.

2. Filmes sobre as diferenças sexuais e de gêneros como recurso ao trabalho de Educação Sexual

O acesso a uma educação de qualidade na qual múltiplas formas de representações, sejam elas religiosas, étnico-raciais, sexuais ou de gênero possam ser reconhecidas, deveria ser um compromisso assumido pela Federação, estados, municípios, escolas e profissionais da área da educação. Contudo, segundo Braga (2004), discutir sexualidades na escola torna-se um grande desafio, pois, dentre muitos fatores, a capacitação acadêmica não oferece subsídios para que os/as educadores/as abordem o tema. Esse fato pode impossibilitar o reconhecimento de que a sexualidade é rondada por mito e tabus que estabelecem o que é correto ou não em suas vivências, e contribuir para a perpetuação dos processos de estigmatização contra o considerado “não apropriado” (FURLANI, 2007b; JUNQUEIRA, 2007).

A escassez de materiais didático-pedagógicos para subsidiar o trabalho de educação sexual em instituições formais de ensino também é apontada pela literatura como empecilho para a consolidação dos trabalhos (JUNQUEIRA, 2007). Essa aparente “falta” de materiais de apoio pedagógico, portanto, é uma problemática que deveria ser melhor investigada: seria a falta de materiais de apoio pedagógico a grande responsável

pela omissão do discurso sobre as sexualidades na escola? Ao contrário, essa omissão não se deve a falta de materiais, mas a de conhecimento de educadores e educadoras em relação ao assunto? Ou talvez, mesmo ao contar com a existência de um vasto material didático, o problema estaria focado nas dificuldades encontradas durante a divulgação e distribuição destes, fazendo com que os mesmos encontrem dificuldades para atingir seu objetivo final?

A utilização de ferramentas pedagógicas para apoiar o trabalho de educação sexual nas escolas é de extrema importância para as ações interventivas. Contudo, a presença desses materiais não garante a efetivação desses ensinamentos. Para além de sua presença no ambiente escolar, professores e professoras devem estar capacitados para utilizá-los, e atentar para a necessidade da construção de conhecimentos teóricos e metodológicos que estruturam suas intervenções. Nesse sentido, a articulação de conhecimentos sobre a sexualidade pautados em teorias culturalistas (e não exclusivamente na biologia do sexo), e a captação de recursos materiais para a implementação de seus trabalhos, devem guiar a elaboração de projetos de educação sexual nessas instituições.

No cenário atual da educação sexual já encontramos algumas iniciativas governamentais direcionadas à capacitação profissional e/ou formação inicial ou continuada de educadores/as, que procuram subsidiar a construção de conhecimentos sobre a sexualidade. Os projetos “Gênero e Diversidade na Escola” (PEREIRA, ROHDEN, BRANDT, ARAÚJO, OHANA, BARRETO & KACOWICZ, 2007) e “Saúde e Prevenção nas Escolas” (BRASIL, 2006), são exemplos dessas iniciativas. Projetos de extensão e/ou pesquisas universitárias voltados para a educação sexual formal também podem ser encontrados para esses fins (CAMARGO & RIBEIRO, 1999; FIGUEIRÓ, 2004; 2007; FURLANI, 2008; GUIMARÃES, 2005; SANTOS & BRUNS, 2000). Visto que os projetos governamentais podem ser considerados como políticas públicas voltadas à educação e a saúde, é interessante comentá-los um pouco mais.

O projeto “Gênero e Diversidade na Escola” se constitui em uma política pública voltada para a formação continuada de professoras e professores atuantes no Ensino Fundamental. Seu conteúdo programático visa fornecer subsídios teórico-metodológicos para que profissionais da área da educação insiram em seus planejamentos conhecimentos acerca das relações de gênero, diversidade e orientação sexual, e relações étnico-raciais. (PEREIRA, ROHDEN, BRANDT, ARAÚJO, OHANA, BARRETO & KACOWICZ, 2007, p. 11).

Além da importância de ações governamentais que favoreçam a inserção da temática da sexualidade nas instituições escolares a partir de um viés cultural e dos direitos humanos, a elaboração de materiais didático-pedagógicos para auxiliar o trabalho

docente também deveria ser priorizada. No que se refere à confecção de materiais para subsidiar o trabalho de educação sexual, a produção imagética em vídeo se configura como um dispositivo educativo interessante. Diversos vídeos produzidos através de parcerias entre órgãos governamentais, Organizações Não-Governamentais (ONGs) e grupos de militância política em favor dos direitos sexuais, reprodutivos, das mulheres, humanos e de reconhecimento identitário, podem ser encontrados em plataformas virtuais da Rede Mundial de Computadores (Internet) e contribuir para a efetivação desses trabalhos nas escolas utilizando-se de novas metodologias e recursos tecnológicos, como imagens, sons, jogos interativos e dramatizações.

Segundo algumas/alguns autoras/es, a capacidade de sensibilização que pode ser desencadeada pela exibição de imagens e sons poderia ser utilizada como metodologia em diversas aulas escolares para propor reflexões sobre como os condicionantes culturais atuam para construir representações aceitáveis ou não para o convívio social (FERRÉS, 1996a, 1996b; FISCHER, 2006; KELLNER, 2002; MAGALDI, 2006).

Segundo Richard Miskolci (2005), dentre as práticas educativas comprometidas com as diferenças sexuais, a escola poderia conduzir seus diálogos se valendo de diversos recursos. Os textos midiáticos são apontados pelo autor como instrumentos pedagógicos que poderiam auxiliar o trabalho docente nesse processo:

O educador pode abordar questões de sexualidade com base em situações do dia-a-dia na sala de aula, em assuntos em pauta na mídia ou em discussões provocadas pela exibição de um filme ou pela leitura de um romance, de um texto ou de uma reportagem (MISKOLCI, 2005, p. 23) (grifos nossos).

Porém, o autor atenta para que as discussões oriundas da exibição de um filme, reportagem ou leitura de um artigo sobre as diferenças sexuais se estabeleça de forma aberta, jamais obrigatória. Impor a um/a estudante que se pronuncie publicamente sobre determinado assunto, pode levá-lo/a ao constrangimento público ao invés de inseri-lo/a no grupo que, em alguns casos, já o/a olha com curiosidade.

A utilização de materiais audiovisuais também poderia ser vislumbrada como possibilidade para aproximar conceitos que podem não ser compreendidos facilmente pelos/as estudantes, da sala de aula. Como exemplo, vídeos ou documentários poderiam se transformar em um recurso pedagógico para ilustrar as reais implicações de ações homofóbicas direcionadas a sujeitos LGBT, inclusive condenando-os a morte social e/ou biológica.

Há alguns anos, o Governo Federal Brasileiro demonstrou algumas tentativas para a efetivação de ações que pudessem subsidiar o trabalho de professores e

professoras no que se refere à inserção de temáticas sobre “gêneros” e “sexualidades” na escola. Dentre essas ações, podemos vislumbrar a produção de alguns materiais audiovisuais educativos voltados para essa finalidade. No entanto, contrariando as expectativas, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) aparenta não seguir essa “tendência”. Mesmo ao contar com documentos governamentais que preconizam a inserção de trabalhos de educação sexual nas escolas como, por exemplo, o tema transversal sobre Orientação Sexual proposto pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), o MEC se mostra tímido ao se lançar em projetos para a confecção de materiais que viabilizem um trabalho nessa escala. Em uma rápida pesquisa no site do MEC percebe-se que, dentre as produções videográficas que podem ser encontradas em seu acervo, são escassos os materiais que propõem visibilizar a temática da sexualidade como um conteúdo a ser trabalhado nas escolas.

Entretanto, no acervo do Ministério da Saúde, acabamos por encontrar o filme intitulado *“Pra que time ele joga?”* (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002). Mesmo não desconsiderando a necessidade de uma análise crítica de seu conteúdo, esse material acaba por se concretizar em uma “ferramenta” pedagógica que poderia ser utilizada durante ações educativas escolares. Sua integração no planejamento escolar poderia possibilitar procedimentos pedagógicos que visem reconhecer às diferenças sexuais e de gêneros como produções culturais; problematizar as diversas formas de estigmatização, preconceito e violência contra sujeitos LGBT; e (re)pensar o papel da escola no debate e reconhecimento das diferenças.

Alguns títulos de filmes comerciais, que constroem seus enredos em torno da temática das diferenças sexuais, oferecem subsídios para aproximar esse debate da comunidade escolar. Como exemplo, poderíamos citar o filme comercial *“Desejo Proibido”* (EUA, 2000). O filme apresenta três distintas histórias sobre lesbianidades localizadas em diferentes momentos históricos. A primeira delas se passa no ano de 1961 e narra a história de Abby e Edith. Quando Abby morre, Edith tem que encarar sua perda amorosa e a negação de sua posição como “família” frente aos herdeiros consangüíneos de Abby. O segundo momento se passa em 1972, sob a efervescência das reivindicações do Movimento Feminista. Linda e suas amigas são expulsas do grupo feminista do qual participavam em uma Universidade. Para esquecerem seus problemas, as amigas se dirigem a um bar freqüentado por lésbicas “masculinizadas”. Linda se apaixona por uma dessas mulheres e tem que enfrentar os preconceitos de suas amigas em relação à lesbianidade não feminilizada de sua nova namorada. A última história tem ares contemporâneos. Passa-se no ano 2000 e conta a história de um casal de lésbicas que compartilham o desejo da maternidade. Fran e Kal querem um filho, e recorrem ao banco de espermatozoides para concretizar suas vontades.

Essas três histórias poderiam atuar como “pano de fundo” ao propor diversas discussões sobre a relação afetiva e sexual entre mulheres. Problematizações sobre novas configurações familiares, passando por questões éticas para indagar se laços consangüíneos ou relações afetivas são as bases para a constituição de uma família; reflexões sobre direitos civis, direito a adoção e ao reconhecimento social, político e jurídico, são algumas das temáticas que poderiam ser pensadas a partir da exibição desse filme.

Cláudio Picázio (1998) se posiciona favoravelmente a utilização de alguns vídeos que possam problematizar questões relacionadas à homossexualidade (PICÁZIO, 1998, p. 34 – 35) e a transexualidade (PICÁZIO, 1998, p. 50), na tentativa de favorecer diálogos que possam suscitar questões relativas às dificuldades de se vivenciar uma orientação sexual não majoritária.

Concluimos afirmando que...

Embora diversos filmes comerciais possam ser utilizados em articulação com trabalhos educativos escolares, a elaboração de materiais didático-pedagógicos específicos que favoreçam a implantação de uma educação sexual que possa problematizar as normatizações em torno do que é correto ou não na vivência da sexualidade, é de extrema relevância para os processos formativos. Afinal, como não é desconhecido, a formação profissional para a área da educação, muitas vezes, não possibilita com que os/as estudantes se deparem com temas relacionados à sexualidade durante seus processos de formação inicial, dificultando assim a compreensão do tema como um dispositivo histórico, valorativo e atendente as normatizações sócio-culturais (FOUCAULT, 1980; FURLANI, 2005; WEEKS, 2001).

Sendo assim, e em consonância com Nilson Dinis (2005), Nilson Dinis e Francis Madlener de Lima (2009), Guacira Louro (2008a) e Arilda Ribeiro e Vagner Matias do Prado (2009), acreditamos que a utilização de filmes que problematizem a norma heterossexual e abra espaços para que as diversas formas de sexualidade possam se representar viabilizariam, metodologicamente, a inserção do debate sobre as diferenças sexuais, na escola. Dessa maneira, as imagens poderiam auxiliar a ação de reconhecimento, valorização e desconstrução de representações estigmatizadas e naturalizadas sobre sujeitos LGBT, bem como problematizar a heterossexualidade como a única forma legítima de sexualidade.

Referências Bibliográficas

BESSA, K. Os festivais GLBT de cinema e as mudanças estético-políticas na constituição da subjetividade. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 257-283, jan./ jun. 2007.

BRAGA, D. S. **A sexualidade no currículo da Escola fundamental** – Travessões e reticências sobre a homossexualidade nos discursos e nas atividades em uma escola municipal em Belo Horizonte. 2004. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

_____. **Saúde e Prevenção nas Escolas**: guia para a formação de profissionais da saúde e de educação. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

CAETANO, S. V. N.; FALKEMBACH, G. A. M. YOU TUBE: uma opção para uso do vídeo na EAD. In: Ciclo de Palestras sobre Novas Tecnologias, 9, 2007, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2007. p. 1 – 10. Disponível em: <http://www.cinted.ufrgs.br/ciclo9/artigos/IXCicloPrograma.html> Acesso em 14 de junho de 2009.

CAMARGO, A. M. F.; RIBEIRO, C. **Sexualidade(s) e Infância(s)** – a sexualidade como um tema transversal. São Paulo: Moderna; Campinas: UNICAMP, 1999.

DALLACOSTA, A.; SOUZA, D. D.; TAROUCO, L. M. R.; FRANCO, S. R. K. O vídeo digital e a Educação. In: Simpósio Brasileiro de Informática na Educação, 15, 2004, Manaus. **Anais...** Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2004. p. 438-447. Disponível em: <http://sbie2004.ufam.edu.br/> Acesso em 14 de junho de 2009.

Desejo Proibido (EUA,2000) Filme.

DINIS, N. F. Educação, cinema e alteridade. **Educar em Revista**. Curitiba, v. 26, p. 67-79, 2005b.

DINIS, N. F. (Org.). Dossiê: Mídia e educação: a produção de novos sujeitos e novas pedagogias. **Educar em Revista**. Curitiba, v. 26, 2005a. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/issue/view/250>

FERRÉS, J. **Televisão e Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996a.

_____. **Vídeo e Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996b.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação Sexual**: retomando uma proposta, um desafio. Londrina: UEL, 1996.

FISCHER, R. M. B. **Televisão & educação**: fruir e pensar a TV. 3ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FOUCAULT, M. **A mulher/ os rapazes da história da sexualidade**. Extraído da História da Sexualidade v. 3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. Da amizade como modo de vida. Entrevista de Michel Foucault a R. Ceccaty. J. Danet e J. Le Bitoux, publicada no jornal Gai Pied. Tradução de Wanderson flor do Nascimento. **Gai Pied**, n. 25, 1981, p. 38-39.

_____. **Historia da sexualidade**: a vontade de saber. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FURLANI, J. Educação Sexual: do estereótipo à representação – argumentando a favor da multiplicidade sexual, de gênero e étnico-racial. In: RIBEIRO, P. R. C.; SILVA, M. R. S.; SOUZA, N. G. S.; GOELLNER, S. V.; SOUZA, J. F. (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade**: discutindo práticas educativas. Rio Grande: FURG, 2007a, p. 46-58.

GUIMARÃES, L. G. **Corpo e Diversidade**: estudo sobre Orientação Sexual na escola. 2005. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em Pedagogia) - Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2005.

JUNQUEIRA, R. D. Escola e Homofobia. **Pátio**: revista pedagógica, ano XIII, n. 50, maio/julho, p. 28-31, 2009.

JUNQUEIRA, R. D. O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar. In: In: RIBEIRO, P. R. C.; SILVA, M. R. S.; SOUZA, N. G. S.; GOELLNER, S. V.; SOUZA, J. F. (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade**: discutindo práticas educativas. Rio Grande: FURG, 2007, p. 59-69.

KELLNER, D. Lendo imagens criticamente: em direção a uma pedagogia pós-moderna. In: SILVA, T. T. (Org.). **Alienígenas na sala de aula**: uma introdução aos estudos culturais em educação. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 104 – 131.

LOURO, G. L. Cinema e sexualidade. **Educação & Realidade**, v. 33, n. 1, p. 81-98, 2008a.

_____. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2008b.

MAGALDI, S. A TV como objeto de estudo na Educação: idéias e práticas. In: FISCHER, R. M. B. **Televisão & Educação**: fruir e pensar a TV. 3ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 111-143.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Pra que time ele joga?** Direção: Markus Ribeiro. Produção: 3 laranjeiras. Brasil: Ministério da Saúde, 2002. 1vídeo cassete (23'19" min.) VHS, son., color.

MISKOLCI, R. Um corpo estranho na sala de aula. In: ABRAMOWICZ, A., SILVÉRIO, V. R. (Orgs.). **Afirmando diferenças**: montando o quebra-cabeça da diversidade na escola. Campinas: Papirus, 2005, p. 13 – 26.

MORAN, J. M. O vídeo na sala de aula. **Comunicação & Educação**, São Paulo, n. 2, p. 27 – 35, jan./abr., 1995.

PEREIRA, M. E; ROHDEN, F; BRANDT, M. E; ARAÚJO, L; OHANA, G; BARRETO, A; KACOWICZ, A. (Org.). **Gênero e Diversidade na Escola**: formação de professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Brasília/Rio de Janeiro:SPM/CEPESC, 2007.

PFROMM NETTO, S. **Telas que ensinam**: mídia e aprendizagem do cinema ao computador. 2ª. ed. Campinas: Alínea, 2001.

PICAZIO, C. **Sexo secreto**: temas polêmicos da sexualidade. São Paulo: Summus, 1998.

RIBEIRO, A. I. M.; PRADO, V. M. Olhares transviados em cena: a iniciativa governamental fílmica no debate sobre as sexualidades junto ao espaço escolar. In: COLE – Congresso de Leitura do Brasil, 17, 2009, Campinas. **Anais...** Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2009.

SANTOS, C.; BRUNS M. A. T.. **A Educação Sexual pede espaço**: novos horizontes para a práxis pedagógica. São Paulo: Ômega, 2000.

WEEKS, J. Corpo e sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 35-82.